

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **AMÂNDIO O. PINTO, LDA.**, (a Entidade) que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2020 (que evidencia um total de 210.767 euros e um total de capital próprio de 164.340 euros, incluindo um resultado líquido de 8.095 euros), a demonstração dos resultados por naturezas relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **AMÂNDIO O. PINTO, LDA**, em 31 de Dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro relativo ao período findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas



ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Vila Nova de Gaia, 14 de Abril de 2021

ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

representada por

(Carlos Manuel Pereira da Silva, R.O.C. n.º 820)

AMANDIO O PINTO, LDA
Rua da Igreja, Santa Maria de Lamas
NPC 500 845 093
Concelho de Santa Maria da Feira

RELATÓRIO DE GESTÃO

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V. Exas, o Relatório, o Balanço, a Demonstração de Resultados e respectivos anexos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Actividade e perspectivas

O volume de negócios, seguros, ascendeu a 140.017,74 €, representando um decréscimo de 15,8% face ao ano anterior, como aliás prevíamos no relatório de 2019,

As companhias de seguros continuam a não aceitar para a indústria da cortiça, nossos potenciais clientes, seguros de responsabilidade civil pelo que somos forçados a concentrar a nossa carteira nas companhias que aceitam esse risco. Para agravar a situação a pandemia limitou a procura dos industriais, indecisos quanto ao futuro.

Os resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, o EBITDA que em 2019 foi de 51.343 Euros, em 2020 foi de 25.645 euros. Uma redução próxima dos 50%, contribuindo, decisivamente para tal, o decréscimo do volume de receitas, já que a variação dos gastos não foi muito significativa.

Analisando o Balanço, verifica-se que o passivo teve um aumento de 7.655 euros, contribuindo para isso a aquisição, em regime de locação financeira com promessa de aquisição, de uma viatura ligeira, que veio substituir outra que foi abatida.

Também nas outras dívidas a pagar há um aumento, que se deve a férias e subsídio de férias a pagar em 2021, referentes a 2020 e outros débitos vencidos e pagos nos primeiros dias de 2021.



O ativo da sociedade, cresceu, tendo o ativo fixo tangível aumentado, como já salientado, devido á aquisição de uma viatura ligeira e de equipamento de escritório.

Em termos totais o aumento do ativo foi na ordem dos 8%.

Também uma referência como a empresa gere os seus riscos de crédito, de liquidez e de taxa de juro.

Quanto à primeira questão, a empresa está sempre a monitorizar a situação dos seus clientes embora não recorrendo a seguros de créditos; quanto à questão de liquidez, tem plafonds de financiamento negociados com instituições financeiras, para a eventualidade de ocorrência de necessidades de tesouraria e, quanto às taxas de juro, dado o nível baixo de endividamento, eventuais variações nas taxas de juro, terão impacto irrelevante nos resultados da empresa.

Para 2021 face ao ocorrido no início do ano, com o agravamento da pandemia, projectamos um volume de negócios sem qualquer variação, quer positiva quer negativa.

Relativamente ao problema da concentração das companhias de seguros o problema mantém-se, fraca adesão das companhias na aceitação de seguros de responsabilidade civil, como já salientámos, à indústria da cortiça. Os nossos clientes são, na sua maioria, da indústria da cortiça, o que ocasiona consequências negativas à nossa atividade.

Resultados e Proposta de Aplicação

Ao resultado apurado no montante de 8.095,10 €, propomos que seja totalmente aplicado em Resultados transitados

Diversos

Nos termos das alíneas d) e e) do Art.º 66 e do Art.º 397.º Do CSC, informamos o seguinte:

- a) Após o fecho do exercício de 2020, não ocorreram quaisquer factos que sejam do conhecimento da gerência, cuja materialidade afecte os resultados consignados nos documentos contabilísticos que acompanham este Relatório.



b) Nos termos do n.º 1 do Art.º 21 do Dec. – Lei 411/91, de 17 de Outubro, não há dívidas em situação de mora à Segurança Social, nem ao Estado.

Declaramos ainda que não houve solicitação de negócios entre a Sociedade e os seus gerentes.

Considerações finais

A gerência expressa o seu agradecimento a todos quantos a apoiaram, nomeadamente as instituições financeiras e os clientes durante o exercício, expressando um voto de confiança e louvor a todos os colaboradores,

Santa Maria de Lamas, 31 de março de 2021

A Gerência

Amândio O. Pinto, Lda
Corretores de Seguros

A Gerência




ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

As notas que a seguir se transcrevem seguem a numeração sequencial prevista no ANEXO (modelo geral), constante da Portaria nº 986/2009. Os números não incluídos devem-se ao facto de não serem aplicáveis a esta empresa ou de a sua inclusão não ser relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A "AMANDIO O. PINTO,LDA" , tem a sua sede em Santa Maria de Lamas, concelho de Santa Maria da Feira, NIF 500 845 093, com o capital social de 100.000€ (integralmente realizado).

A empresa foi constituída em 1986, consistindo a sua actividade na Mediação de Seguros, CAE 66220.

2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E TRANSIÇÃO SNC

2.1. No exercício, as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o previsto no referencial contabilístico SNC.

3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras enquadram-se no previsto nas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) PE, que entraram em vigor a partir de 1/1/2010.

3.1 BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo o princípio do custo histórico





ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros (moeda funcional).

3.2 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

As principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa são as seguintes:

RÉDITO E ESPECIALIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS

A Empresa adopta o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os gastos e rendimentos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento. As prestações de serviços são reconhecidas como rendimento à medida que as mesmas vão acontecendo. Não existe a 31-12-2020 quaisquer serviços que estejam efectuados e cujo rendimento ainda não tenha sido reconhecido.

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis utilizados pela Empresa para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis) deduzido das depreciações acumuladas (não tendo havido perdas por imparidade acumuladas, por não existirem indícios de imparidade).

As depreciações são calculadas sobre o valor de custo dos activos fixos tangíveis, pelo método das quotas constantes, com base nas taxas máximas permitidas pela legislação fiscal, as quais correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Equipamento Básico	10
Equipamento de transporte	04
Equipamento Administrativo	03 a 08

As despesas correntes com reparação e manutenção do activo fixo tangível são consideradas como gasto do exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentem o



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

período estimado de utilização dos respectivos bens, são capitalizadas e depreciadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

LOCAÇÕES

Os activos fixos tangíveis adquiridos através de contratos de locação financeira – leasing-, bem como as correspondentes responsabilidades encontram-se reflectidas no balanço. São contabilizados como gastos do exercício as amortizações dos itens do activo, os encargos financeiros incluídos nas rendas e o IVA não dedutível.

4 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

O movimento nas rubricas de activos fixos tangíveis foi o seguinte:

	Situação Inicial			Situação final (31/12/2020)			
	Quantia bruta	Depreciações e imparidades acumuladas		Quantia Escriturada	Quantia bruta	Depreciações e imparidades acumuladas	
Activo Bruto							
Equipamento Básico	0	0	0	0	0	0	
Equipamento de Transporte	35 582,28 #	27 197,48	8 384,80	56 957,36	34 026,33	22 931,03	
Equipamento Administrativo	53 287,53	51 388,90	1 898,63	54 887,55	52 313,87	2 573,68	
Outros Activos Fixos Tangíveis	905,00	905,00	0,00				
	<u>89 774,81</u>	<u>79 491,38</u>	<u>10 283,43</u>	<u>111 844,91</u>	<u>86 340,20</u>	<u>25 504,71</u>	

6 –COMPROMISSOS DE EMPRESTIMOS MENSURADOS AO CUSTO :

Descrição	Montante Inicial	Saldo 31/12/2020	CP	MLP
Empréstimos Bancários	0	0	0	
Locação Financeira	14 041,59	29 634,90	12 121,87	17 513,03
	<u>14 041,59</u>	<u>29 634,90</u>	<u>12 121,87</u>	<u>17 513,03</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

LOCAÇÕES – LOCATÁRIOS: QUANTIA ESCRITURADA LÍQUIDA À DATA DO BALANÇO, PARA CADA CATEGORIA DE ACTIVO:

Valor Bruto Equipamento Transporte	56 957,36
Total Amortizações Acumuladas	34 026,33
Total valor Líquido	22 931,03

RÉDITO

A repartição do valor líquido dos serviços prestados foi a seguinte em 2020

	VENDAS	SERVIÇOS	TOTAIS
Mercado interno		140 017,74	140 017,74
Mercado Comunitário			
Outros Mercados			
Total	0	140 017,74	140 017,74

Juros de financiamentos 296.04 €

7– BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

A empresa não tem nenhum plano em vigor para benefícios pós emprego.

A empresa, liquida as indemnizações necessárias, tendo por base a legislação em vigor

8– OUTRAS INFORMAÇÕES

CREDORES POR ACRÉSCIMOS DE GASTOS

Respeita a encargos com férias de 2020 a pagar durante 2021

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

DIFERIMENTOS

Respeita a prémios de seguros pagos antecipadamente, mas cujo período de cobertura respeita a 2020 e outros gastos a reconhecer em 2021

Norma Regulamentar do ISP n.º15/2009-R**Prestação do serviço de mediação de seguros****Artº.4**

- a) A política contabilística adoptada enquadra-se no previsto na NCRF 20. A empresa adopta o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo as remunerações das prestações de serviços de mediação de seguros registados à medida que são geradas, independentemente do seu recebimento.

Alínea b), c), d)

CE	Remunerações			%	Tranferências de valores	
	Fundos de Pensões	Ramo Vida	Ramos Não Vida		Para entrega a empresas de seguros	Entregues por empresas de seguros
	0,00	1.889,49	138.128,25	100,00%		0,00
1029		1.632,84		1,17%		
1011			34.284,65	24,49%		
1026			71.818,34	51,29%		
1145			24,71	0,02%		
1028			1.691,95	1,21%		
1184			61,14	0,04%		
1160			213,88	0,15%		
1205			583,37	0,42%		
1197		256,85	25.595,32	18,46%		
1200			2.320,51	1,66%		
1133			80,66	0,06%		
1129			1.131,82	0,81%		
4967			321,90	0,23%		

Remunerações recebidas e grau de concentração.

Todas as receitas são do tipo “comissões”, e todas as remunerações são efetuadas através de transferências bancárias

Não existiram outros mediadores.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

As dificuldades sentidas em anos anteriores agravaram-se, devido à situação pandémica que atravessamos no que à diversificação da nossa carteira respeita. Os nossos potenciais clientes, continuam a ser as empresas transformadoras de cortiça e, estas, não têm tido oportunidade de efetuarem seguros de responsabilidade civil, já que a maioria das companhias não aceitam esse tipo de seguro para estas empresas.

Continuam a ser os prémios de risco mais elevados que levam à fidelização dos nossos clientes, e a podermos mantermo-nos no mercado.

Alínea e)

Cientes: A conta bancária – conta clientes regista os valores recebidos por transferências dos nossos clientes.

Recebemos nessa conta, durante o exercício, dos clientes, o valor de 674.429,24 euros

Transferimos para as companhias, o montante de 601.911,47 euros.

Em 31 de dezembro o valor em saldo na conta bancária, c/ clientes, é de 119.089,08 euros.

Este saldo será transferido, depois de deduzidas as nossas faturas para as respetivas companhias e para a nossa conta depósitos à ordem.

Não são movimentados fundos relativos a contratos de seguros.

Alínea f)

Financiamentos obtidos: 29.634,90 € referente a locação financeira, sendo a curto prazo o montante de 12.121,87 euros e M.L.P a quantia de 17.513,03 euros;

Outras contas a pagar: 13.262,27 euros, referente a acréscimos de gastos, (gastos com pessoal a pagar), férias e subsídio de férias, mais encargos e Remunerações a liquidar.

Alínea g)-Valores agregados nas contas a receber e a pagar:

i),ii),e iii) – Não aplicável.

Alínea h)- Não foi considerada nenhuma imparidade nas contas a receber

Alínea i) – Não existem garantias devidas a título de caução ou outro qualquer título.

Alínea j) – Não houve quaisquer transmissões de carteiras de seguros no exercício.



AMANDIO O. PINTO, LDA.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Alínea k) – Não se verificou qualquer cessação de contratos.

Alínea l) – Não existem quaisquer obrigações materiais ou passivos contingentes a assinalar.

Relativamente ao número 2 do anexo, artigo 4.º, os dados acima indicados, correspondem, quer à concentração quer ao tipo de remunerações, aos auferidos pela nossa “carteira”, uma vez que somos correctores de seguros

A empresa não recebeu quaisquer fundos para pagamento de prémios para as empresas de seguros.

Sta. Maria de Lamas 31/03/2021

A gerência

O contabilista certificado: 13208

Amândio O. Pinto, Lda
Corretores de Seguros



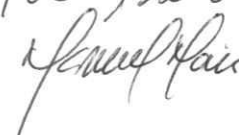
A Gerência



BALANÇO INDIVIDUAL
DEZEMBRO 2020

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2020	2019
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	3,2;4	25 504,71	10 283,43
Ativos intangíveis			146,43
Outros investimentos financeiros		132,37	
		25 637,08	10 429,86
Ativo corrente:			
Outras créditos a receber		52 392,57	95 761,68
Diferimentos		2 818,63	1 043,33
Outros ativos financeiros			65,82
Caixa e depósitos bancários		129 919,18	87 650,28
		185 130,38	184 521,11
Total do Ativo		210 767,46	194 950,97
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio:			
Capital subscrito		100 000,00	100 000,00
Reservas legais		21 628,38	21 628,38
Outras reservas		187 274,18	187 274,18
Resultados transitados		(152 658,08)	(180 988,02)
		156 244,48	127 914,54
Resultado líquido do período		8 095,10	28 329,94
Total do capital próprio		164 339,58	156 244,48
Passivo			
Passivo não corrente:			
Financiamentos obtidos	6	17 513,03	
		17 513,03	
Passivo corrente:			
Estado e outros entes públicos		3 530,71	15 196,40
Financiamentos obtidos	6	12 121,87	14 041,59
Outras dívidas a pagar	8	13 262,27	9 468,50
		46 427,88	38 706,49
Total do passivo			
		210 767,46	194 950,97
Total do Capital Próprio e do Passivo		210 767,46	194 950,97

TOC 13208


Amândio O. Pinto, Lda
Corretores de Seguros

A Gerência


AMANDIO O.PINTO, LDA.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS (Modelo para ME)

De Janeiro até Dezembro

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	6	140 017,74	166 395,31
Fornecimentos e serviços externos		(29 500,17)	(33 222,33)
Gastos com o pessoal		(76 923,66)	(75 402,44)
Outros rendimentos		10,49	5,95
Outros gastos		(7 959,41)	(6 432,79)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		25 644,99	51 343,70
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(9 943,30)	(9 376,96)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		15 701,69	41 966,74
Gasto de financiamento (líquidos)	6	(296,04)	(410,84)
Resultado antes de impostos		15 405,65	41 555,90
Imposto sobre o rendimento do período		(7 310,55)	(13 225,96)
Resultado líquido do período		8 095,10	28 329,94

Amândio O. Pinto, Lda

A Gerência: _____ Corretores de Seguros

O Contabilista certificado: _____ A Gerência

[Handwritten signatures and notes]
2020 15/01/2021